

PROF

Intervenção do professor António Nóvoa



O ex-Reitor Universidade de Lisboa é uma das vozes mais lúcidas e inconformadas no Portugal de hoje

Págs. 10, 11 e 12

O SPM luta pela dignidade profissional!

Pág. 4 e 5



spis verbis

O Roubo do Presente

“O Governo utiliza as duas maneiras com a sua política de austeridade obsessiva: por exemplo, mata os professores com horas suplementares, imperativos burocráticos excessivos e incessantes: stresse, depressões, patologias border-line enchem os gabinetes dos psiquiatras que os acolhem. É o massacre dos professores. Em exemplo contrário, com os aumentos de impostos, do desemprego, das falências, a política do Governo rouba o presente de trabalho (e de vida) aos portugueses (sobretudo jovens).”

JOSÉ GIL, in Opinião na FENPROF

PERFIL

“A crescente Visão neoliberal do ensino assente numa lógica de mercado” é um dos maiores problemas que se coloca à escola”



ARNALDO FONSECA

Setor de Ensino: 1º Ciclo | Tempo de serviço: 23 anos
Escola: EB 1-PE Estreito da Calheta

Temos uma das profissões mais nobres e, apesar de eventuais dificuldades, continuamos a ser das pessoas mais importantes na vidas dos alunos.

Em que circunstâncias decidiu ser professor? Era uma profissão que apreciava, e correspondeu à minha primeira escolha no concurso à Universidade!

Refira as eventuais dificuldades sentidas na concretização dessa decisão.

Semanas antes tinha também concorrido para o Curso de Ope-

rador de Radares na Força Aérea, como Oficial Miliciano. Após os testes físicos e psicotécnicos - e no mesmo dia fiquei apto -, recebi a notícia que tinha também entrado no curso de professores. Foi um dilema, que se arrastou por 2 meses. Tentava ouvir conselhos, mas as opções repartiam-se. Por fim a ideia de ser professor prevaleceu!

Descreva a sua primeira aula enquanto docente.

Foi em 1991, numa substituição, com uma turma de 2º Ano na escola da Granja-Anreade na encosta da Serra do Montemuro, em Resende. No dia anterior, e cheio de ansiedade, preparei o plano da aula até ao mínimo pormenor, à semelhança do estágio da prática pedagógica. No dia, a turma era completamente diferente do que tinha idealizado, alunos com muitas dificuldades, não havia material pedagógico nenhum na escola, alguns alunos nem cadernos tinham. Mal consegui seguir o plano.

O seu melhor momento enquanto professor.

Lembro-me da agradável sensação de estrear uma escola - a EB1-PE do Estreito da Calheta - com uma arquitetura e dimensões diferentes do habitual, do que não tinha visto até então. Até hoje recordo a sensação de entrar na sala com tudo a cheirar a novo, pronto a estrear!

Voltaria, hoje, a escolher esta profissão?

Sem dúvida.

Que requisitos considera necessários a um docente?

Principalmente, que o exercício da docência decorra de uma vocação genuína.

Conteúdo que mais gosta de lecionar?

Sempre tive um gosto muito especial pela História, tanto que tirei também uma licenciatura nesta área.

O livro que achou mais útil ou que mais influenciou a sua prática profissional.

Acho que a História do Ensino em Portugal de Rómulo de Carvalho é uma obra referencial nesta área.

O seu maior sucesso.

O fato de, ao fim de 19 anos na direção da escola, e tal como no início, continuar a dedicar-me e a empenhar-me diariamente, juntamente com a minha equipe, para que a EB1-PE do Estreito da Calheta continue a progredir na qualidade da oferta educativa. Acredito que, apesar de um contexto motivacional por vezes adverso, se consegue ir sempre melhorando, tentando inovar naquilo que é possível.

Identifique, na sua ótica, os maiores problemas no Ensino e o que mudaria na Escola para os resolver.

A crescente visão neoliberal do ensino assente numa lógica de mercado. A carga burocrática, por vezes desnecessária, bem como o paradoxo do discurso da autonomia da escola frente a decisões cada vez mais centralizadas, são também fatores a rever.

As condições de trabalho para se poder ensinar e realizar aprendizagens, com qualidade, na escola.

Essencialmente os docentes sentem-se apoiados e motivados.

Deixe, por fim, uma mensagem aos docentes.

Temos uma das profissões mais nobres e, apesar de eventuais dificuldades, continuamos a ser das pessoas mais importantes na vida dos alunos. E estes alunos merecem sempre o nosso melhor!

ÍNDICE

Perfil	pag 2
Editorial	3
Murro na mesa	3
Tema principal	4 e 5
Cronologia da ações	6

I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS PROFESSORES E EDUCADORES

Aposentados	7
Projeto CNOD/FENPROF	7
Vigília	8
Carta reivindicativa	8
Jornadas Pedagógica	9
Formação Sindical no SPM	9

INTERVENÇÃO DE ANTONIO

Nóvoa	10, 11, 12
Festa de Natal	13
Dia Mundial do Professor	13
De Papo pró ar	14 e 15

ESCOLA PÚBLICA E JUSTIÇA Social

Social	16
--------------	----

OPINIÃO DE MÁRIO

Nogueira	16
----------------	----

PROF



TRIMENSÁRIO DE INFORMAÇÃO SINDICAL

PROPRIEDADE, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA - SPM
CALÇADA DA CABOQUEIRA, N° 22 - 9000-171 FUNCHAL
WEBSITE: WWW.SPM-RAM.ORG
WWW.FACEBOOK.COM/SPMADEIRA
EMAIL: SPM@SPM-RAM.ORG
SKYPE: SPMADEIRA
MESSENGER: SPM@SPM-RAM.ORG
TELEPHONE: 291 206 360
FAX: 291 206 369

DIRETORA: SOFIA CANHA
CONSELHO DE COORDENAÇÃO:
COMISSÃO EXECUTIVA DO SPM
COORDENADOR-EDITOR: SOFIA CANHA
“DE PAPO PARA O AR”
COORDENAÇÃO DE HELENA LIMA
“PROFESSORES”
COORDENAÇÃO DE ADELAIDE RIBEIRO
CARTOON: HENRIQUE MONTEIRO
COLABORADORES NESTA EDIÇÃO:

ADELAIDE RIBEIRO, ADÍLIA ANDRADE, AMÉLIA CARREIRA,
LUCINDA RIBEIRO, MARIA HELENA LIMA, MARGARIDA
FAZENDEIRO, NÉLIO SOUSA, JOSÉ AUGUSTO CARDOSO,
SOFIA CANHA, TERESA CARDOSO E JACKELINE VIEIRA.

PERIODICIDADE:
TRIMESTRAL
IMPRESSÃO:
IMPRINEWS
TIRAGEM:
4.000 EXEMPLARES

A responsabilidade cívica e a dignidade da classe docente

Em momentos conturbados e com perspetivas de destruição da profissionalidade docente, construída após muitos anos de luta e sacrifícios, a unidade da classe é urgente.

Àqueles que nos fragilizam a todo o custo, começando pelos Governos, a resposta só pode ser a união e a solidariedade profissionais. É necessário contrariarmos a corrente individualista de matriz neoliberal que assola a sociedade e atinge a classe.

A união acontece quando defendemos causas comuns e transversais e, enquanto educadores, nos assumimos como agentes de mudança.

O ano de 2013 foi um período de muita ação e luta. Podemos questionar sobre o resultado das muitas lutas que temos desenvolvido, mas esbarramos sempre numa verdade incontornável: sem essa luta a situação em que estaríamos os professores seria ainda mais negativa.

Mas a luta do SPM não se fica apenas pela defesa intransigente das condições socioprofissionais e laborais da classe docente. A responsabilidade social e os princípios que nos orientam fazem com que nos interessemos pela salvaguarda desse bem comum, que é a escola pública e uma educação de qualidade.

A FUNÇÃO DA ESCOLA

A função social da escola é a de promover a mobilidade social e consequentemente universalizar as oportunidades. É um princípio fundamental nas sociedades que valorizam a diferença, o conhecimento e a liberdade. A instituição escolar assume a responsabilidade de uma formação alargada, no desenvolvimento das capacidades físicas, cognitivas e afetivas de todos os alunos.

A responsabilidade social que assumimos, enquanto sindicato da FENPROF, impele-nos para a ação em prol de uma escola solidária, com respeito pela diversidade sociocultural das crianças e jovens, na salvaguarda do direito à educação para todos, na exigência da assunção de responsabilidade social por parte do Estado. Sem assumir o seu papel, o Estado põe em causa a própria Escola.

A Escola Pública de matriz democrática e a Dignidade da classe docente precisam do empenho e envolvimento de todos nesta causa comum.

CONDIÇÕES SOCIOPROFISSIONAIS DOS DOCENTES

Os cortes orçamentais na Educação levaram a uma diminuição de recursos materiais e humanos nas escolas. Há atualmente menos professores de apoio, de Educação

Especial e outros, com repercussões na qualidade da oferta educativa, atingindo sobretudo os alunos com mais dificuldades e acarretando mais responsabilidade para todos os outros docentes que têm de dar resposta a questões específicas e especiais em situação de sala de aula, sem o devido apoio pedagógico e especializado.

O trabalho docente tem sido atingido por uma crescente precarização tanto por via dos despedimentos, como por via dos cortes salariais dos docentes. A relação jurídica de emprego, alterada com a introdução dos contratos a termo resolutivo e por tempo indeterminando, constitui outra forma de precarização do emprego. Os docentes de carreira deixaram de ter um vínculo com o Estado que garantia estabilidade. Foi implementado um novo modelo de avaliação do desempenho docente que introduz elementos de competitividade tão prejudiciais para o bom desempenho e de injustiça, pois limita a atribuição de menções mais elevadas com base nas quotas e não no mérito.

Com estas alterações a resposta educativa perde qualidade e atinge sobretudo os mais carenciados e socialmente mais frágeis. Por isso nos debatemos em defesa de uma Escola Pública de qualidade para todos e continuaremos a pugnar pela dignidade de uma classe tão determinante para sociedade.



Coordenadora do SPM

SOFIA CANHA

MURRO NA MESA

Sentimento em relação à PACC (Prova de avaliação de conhecimentos e capacidades)

A tão famosa e indesejada PACC (prova de avaliação de conhecimentos e capacidades) surge este ano letivo na vida de milhares de contratados que, tal como eu, se sentem indignados. Sou Educadora de Infância, contratada, atualmente desempregada, com dez anos de serviço, com avaliação ao nível da licenciatura, com habilitação para a docência, com outras formações, com avaliações de desempenho de Bom e Muito Bom, com frequência de ações de formação, e com a competência devidamente comprovadas para o ensino, e manifestei a minha intenção em não realizar a prova.

O MEC a poucas horas de terminar o prazo de inscrição para a prova, decidiu dispensar da prova os professores com cinco ou mais anos de serviço. Esta “falsa bondade” do MEC em alterar os critérios desta resolução tem um único objetivo, a meu ver, afastar da docência mais alguns milhares de professores, a juntar aos que já se encontram desempregados

por força das recentes e sucessivas alterações legislativas.

Mantenho a minha posição em relação à não realização da mesma e a sensação que tenho é que, até este momento, fui necessária ao sistema e agora estou dispensada porque estou sujeita a uma prova ridícula que irá decidir se continuo ou não a lecionar. Ou seja, a minha vida profissional está dependente de um momento, o da realização da prova, cujo resultado da mesma poderá ser influenciado por vários fatores, entre eles a desmotivação, o nervosismo, entre outros.

Esta prova não é garantia alguma de emprego, nem uma possível colocação, pelo contrário, é uma humilhação para milhares de docentes que se encontram fragilizados, desamparados num sistema que os discrimina pela sua condição laboral precária. Sinto-me descartável e excluída de uma carreira que sempre desejei exercer e que vejo-me impedida de o fazer por imposição deste governo de uma prova injusta e sem sentido.



TERESA CARDOSO

Teresa Cardoso, Educadora contratada e atualmente desempregada após 10 anos de serviço.

Todo o investimento financeiro e pessoal investido na minha carreira não é reconhecido nem valorizado. Para o MEC o importante é selecionar os “melhores” professores para uma carreira a que poucos terão acesso.

Esta prova só vem desrespeitar a dignidade docente e pôr em causa o profissionalismo de pessoas devidamente habilitadas e com larga experiência.

A PACC constitui uma desautorização às instituições de ensino superior, promovendo um clima de desconfiança face à formação inicial por estas ministrado.

A implementação desta prova, vem criar uma situação de desigualdade entre os docentes de carreira e os contratados com a mesma formação e gerar algum mau estar entre a comunidade escolar.

Perante todo este cenário, resta-me apelar a todos os contratados que não desistam de lutar pelos seus direitos, e apelar à participação de todos nas ações de luta contra a realização desta prova.

PACC: instrumento de seleção injusto e economicista



SPM, o único sindicato na região que esteve junto dos professores a apoiá-los no dia da realização da PACC

A prova de avaliação de conhecimentos e capacidades a aplicar aos docentes contratados é a mais recente medida que despoletou grande indignação e tem levado a uma série de ações por parte dos sindicatos, com vista a travar uma prova com fins meramente economicistas.

Em 2012 e 2013, o governo da República tomou medidas para despedir a maioria dos docentes que sujeitava a contratos a termo e,

nesse sentido, aumentou o número de alunos por turma, os horários de trabalho, impôs as revisões curriculares e criou centenas de mega-agrupamentos, no continente. Com tais medidas, os professores contratados passaram de mais de 35.000 para cerca de 12.000. O universo de docentes sem vínculo é da ordem dos 43.000.

Chegou agora a fase seguinte: afastar muitos desses docentes desempregados da profissão de professor para a qual estão habilitados profissionalmente. E é aí

O profissionalismo não se testa com uma prova.

que entra a dita prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC).

Contra essa prova, a FENPROF e os seus Sindicatos têm promovido inúmeras ações – jurídicas (providências cautelares), institucionais (petição e reuniões com grupos parlamen-

tares) e de protesto (plenários, concentrações, entre outras). Acresce que, para o MEC de Nuno Crato, tal prova tem também a finalidade de desvalorizar e desprestigiar os professores perante a sociedade. Fica também a ameaça de utilizar o mesmo instrumento de avaliação para colocar os docentes de carreira em Mobilidade Especial, com a publicação da lei que estabelece o regime jurídico de requalificação de trabalhadores da função pública.

Apesar de o Ministro da Edu-

cação tentar convencer que esta é uma prova necessária para apurar a qualidade dos profissionais, nós sabemos que o profissionalismo não se testa com uma prova. É muito redutor este pensamento e coloca em causa a própria avaliação das instituições superiores de educação.

Para além das ações jurídicas, o SPM esteve junto dos docentes que iam realizar a prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC), no dia 18 de dezembro, na Escola Profissional Francisco Fernandes. E antes, no dia 27 de novembro, realizou um plenário e concentração para professores contratados na Placa Central, em frente à SRE, em que aprovaram uma moção, apelando a todos os deputados e grupos parlamentares da Assembleia da República que suspendessem e revogassem a legislação que enquadrava a realização da prova. Assumiram recorrer aos tribunais para proteção dos direitos individuais que o governo viola; afirmam a sua disponibilidade para participar em ações de luta que contribuam para contrariar a realização da prova, nomeadamente as organizadas pela FENPROF e os seus sindicatos; decidiram enviar a moção aos partidos e grupos parlamentares, Ministério da Educação e Ciência, Presidência da República e órgãos de comunicação social.

Cronologia de ações jurídicas interpostas pelo SPM contra a PACC

4 DE NOVEMBRO 2013

Foi dada entrada no TAF do Funchal a primeira providência cautelar contra que visava o decretamento da suspensão da aplicação do Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de janeiro e intimava o requerido para se abster de fixar o calendário da realização da componente comum e específica da PACC.

7 DE NOVEMBRO 2013

Nova providência cautelar a solicitar o decretamento provisório e suspensão de eficácia do Despacho n.º 14293-a/2013, de 5 de novembro bem como a prática de qualquer ato do MEC conducente à

realização da PACC.

Recorda-se que o despacho n.º 14293-A/2013 foi publicado em DR eletrónico na tarde de 5 de novembro, o dia seguinte à apresentação das primeiras providências cautelares por parte dos Sindicatos da FENPROF

12 DE DEZEMBRO 2013

Foi interposta uma providência cautelar para decretar a suspensão de eficácia dos avisos n.º 14185-a/2013 e o aviso n.º 14962-a do IAE e intimação do MEC para se abster a praticar quaisquer atos conducentes à realização da PACC.

30 DE DEZEMBRO 2013

Decisão do TAF do Funchal dando razão ao SPM, pelo que foi julgada procedente a providência cautelar, tendo a juiz determinado a suspensão da eficácia do despacho n.º 14293-a/2013, de 5 de novembro (procedimento de inscrição e realização da prova) e intimou o MEC a abster-se de praticar qualquer ato conducente à realização da PACC. Assim, na sequência de decisão proferida no passado dia 27 de dezembro, o TAF do Funchal, tal como já decidira o TAF do Porto, determinou a suspensão de eficácia daquele despacho do ministro, ficando, igualmente, o MEC impedido de praticar qualquer ato relativo à realização da “PACC”..

ATÉ AO PRESENTE MOMENTO E UMA VEZ QUE NÃO HÁ QUALQUER DESENVOLVIMENTO EM RELAÇÃO À PROVA, PODEMOS CONCLUIR QUE O MEC ACATOU A DECISÃO DO TAF DO FUNCHAL.

31 DE DEZEMBRO 2013

Tribunal do Funchal confirma suspensão da "PACC"

O Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal julgou procedente a providência cautelar que lhe foi apresentada pelo SPM/FENPROF referente ao despacho n.º 14293-A/2013, de 5 de novembro, do Ministro da Educação e Ciência.

Assim, na sequência de decisão proferida no passado dia 27 de dezembro, o TAF do Funchal, tal como já decidira o TAF do Porto, determinou a suspensão de eficácia daquele despacho do ministro, ficando, igualmente, o MEC impedido de praticar qualquer ato relativo à realização da "PACC".

Recorda-se que o despacho n.º 14293-A/2013 foi publicado em DR eletrónico na tarde de 5 de novembro, o dia seguinte à apresentação das primeiras providências cautelares por parte dos Sindicatos da FENPROF. No dia 7, os Sindicatos da

FENPROF apresentaram novas providências cautelares, desta vez referentes àquele despacho que se considerou ferido de ilegalidade podendo a prova, a aplicar-se, provocar danos de improvável reparação para muitos docentes.

Esta decisão do TAF do Funchal reitera o que já fora decidido pelo TAF do Porto, confirmando-se, assim, que ficarão suspensos os diversos procedimentos previstos no âmbito da realização da PACC: correção e classificação das provas realizadas, marcação de nova data para realização da prova de caráter geral, bem como para a realização das provas de caráter específico.

Este é um momento importante para os professores que veem assim, no plano jurídico, reconhecidas as suas dúvidas sobre a legalidade da PACC.

A luta para além da PACC

Com a PACC suspensa pela ação que a FENPROF também desenvolveu nos tribunais, os professores ganham outra disponibilidade para responder positivamente aos desafios fortísimos a que estão obrigados e sem mais delongas. Por um lado, a defesa intransigente de direitos, salários, condições de trabalho e emprego que lhes estão a ser roubados; por outro, a defesa, com convicção e determinação, da Escola Pública de qualidade. Quer uma, quer outra destas vertentes reivindicativas são indispensáveis para o futuro da Educação Pública e o Ensino de qualidade.

Hoje, as escolas sentem a falta dos milhares de docentes que delas foram afastados por medidas deliberadamente tomadas nesse sentido e, simultaneamente, a degradação das condições de trabalho e de vida dos professores são fatores que também

Por um lado, a defesa intransigente de direitos, salários, condições de trabalho e emprego que lhes estão a ser roubados; por outro, a defesa, com convicção e determinação, da Escola Pública de qualidade.

afetam negativamente a estabilidade e qualidade dos processos educativos. Relativamente à Escola Pública, a guerra está declarada pelo governo, quer através do Orçamento do Estado para 2014 – que impõe novos e duríssimos cortes ao setor –, quer do chamado guião para a reforma do Estado de onde se retira que o objetivo estratégico está definido e já assumido pelo governo: privatizar, em tudo o que for possível, e transferir para autarquias e escolas no que, de todo, não for.

Percebida esta estratégia, não nos resta alternativa que não seja dar o máximo para derrotar tais intenções, o que significa lutar muito para derrotar as políticas do atual governo que são ilegítimas, destrutivas e comprometem o futuro da Educação Pública e o futuro de Portugal. Nesse sentido, a demissão do governo continuará a ser um passo decisivo.

Mário Nogueira

Educação reprovava a "PACC"

A prova dita de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC) que o MEC de Nuno Crato quer impor aos professores é consensualmente reprovada. Para além dos professores, das instituições de formação de docentes e, de uma forma geral, da opinião pública, também a comunidade académica e científica a reprovava. A FENPROF solicitou a seis reconhecidas personalidades da Educação que, a propósito daquela prova, elaborassem um comentário / declaração.

Secretariado Nacional da FENPROF, 3/01/2014

"A prova de avaliação é uma perturbação inútil na vida das escolas e dos alunos. Considero a avaliação dos professores essencial mas não vejo que esta "prova" possa contribuir para selecionar os melhores e para a qualidade da educação! E poderá privar a educação de excelentes professores!"

/ Ana Maria Bettencourt – Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE) no período 2009 – 2013



[O MEC] "instituiu uma Prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC) que pretende fazer o crivo de milhares de professores contratados que foram avaliados.../... o Sr. Ministro ofendendo a dignidade profissional de todos estes profissionais avaliadores e das suas instituições de ensino manda elaborar uma prova que não vai aferir nenhuma capacidade da condição docente dos professores contratados."

/ Carlos Chagas – Membro do CNE; Presidente da FENEI



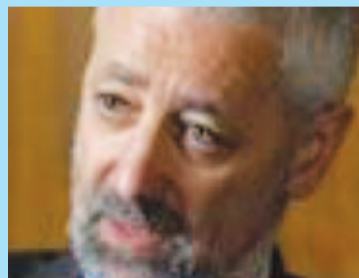
"De uma mente ignara daquilo que à escola e à profissão docente diz respeito, do autor de escritos sobre educação pedagogicamente retrógrados e ideologicamente reaccionários compreende-se que exija a docentes profissionalizados a submissão a uma infundada prova que nada prova, condenada por vozes de todos os quadrantes."

/ Paulo Sucena – Membro do CNE; Secretário-geral da FENPROF no período 1995 - 2007



"A profissão de professor é de grande complexidade e exigência. Necessita de uma formação de nível superior e de uma avaliação rigorosa, no espaço da escola e num ambiente profissional. Mas esta Prova não resolve qualquer problema. Não serve para termos melhores professores nem melhor ensino. São outros os seus propósitos. Assim não."

/ António Sampaio da Nóvoa – Docente Universitário. Reitor da Universidade de Lisboa no período 2006 – 2013



"Esta avaliação é injusta e incorreta. Injusta porque despreza o valor da experiência profissional dos professores obtida em situações reais e incorreta porque só avalia uma parte ínfima das competências que lhes são exigidas."

/ David Rodrigues – Presidente da Associação Pró Inclusão



"Impõe-se não subestimar os vários dispositivos de vigilância da atividade docente já implementados. Tais dispositivos tornam estes dois novos exames à qualificação e certificação já adquiridas pelos professores, um esbanjamento policial que começa a causar escândalo."

/ Sérgio Niza – Pedagogo. Presidente do Movimento Escola Moderna



Cronologia das ações desenvolvidas entre setembro e dezembro



18/09/2013 Plenário professores contratados e desempregados

Informar e esclarecer os docentes sobre os seguintes pontos:
- Compensação por caducidade;
- Prova de avaliação de conhecimentos e capacidades;



25/09/2013 Concentração Professores Aposentados

"Quem não luta pelo seu futuro, deve aceitar o futuro que vier." "Quando lutamos, podemos perder, mas se não lutarmos, estamos perdidos."



05/10/2013 Comemoração dia do Professor

Promover a consciencialização sobre as questões docentes, seguido de um convívio, fez-se uma homenagem aos sócios com 25 anos de sindicalização, entregando um pin em prata



19/10/2013 Marcha por abril contra a exploração e o empobrecimento

Centenas os cidadãos que atenderam ao apelo da USAM para participarem numa marcha. Iniciativa integrada nas ações nacionais de protesto contra as medidas do orçamento para 2014.



07/11/2013E08/11/2013 MEM

Jornadas Pedagógicas que resultam da cooperação entre o Centro de Formação do Sindicato dos Professores da Madeira e o Movimento da Escola Moderna.



11/11/2013 Projeto CNOD Fenprof

Inauguração da exposição e debate, no Funchal, sobre o tema proposto pelo projeto realizado em parceria entre a FENPROF e a CNOD, decorreu na Escola Secundária Francisco Franco, uma escola de referência na integração de alunos com deficiência auditiva e visual.



12/11/2013 Vigília contra o empobrecimento dos trabalhadores

Contra o empobrecimento dos trabalhadores portugueses e o desmantelamento das funções sociais do Estado (Educação, Saúde e Segurança Social)



11 A 15 DE NOVEMBRO Semana zero

Os docentes nesta semana exerceram a sua profissão utilizando apenas os recursos disponibilizados pelas escolas, algo que não afetou o seu profissionalismo, mas que visou alertar a tutela e a sociedade em geral para o desinvestimento de que tem sido alvo a escola pública, com consequente degradação dos serviços prestados.



21/11/2013 1ª Conferência Nacional dos docentes aposentados promovida pela FENPROF

O SPM esteve representado por 11 delegados eleitos e 3 por inerência.



27/11/2013 Plenário contra a PACC e entrega de carta reivindicativa

Plenário e concentração, na Placa Central, em frente à SRE, seguido de entrega de carta reivindicativa sobre condições do trabalho docente ao Secretário da Educação e Recursos Humanos.



18-12-2013 Prova de Avaliação de Capacidades e Conhecimentos(PACC)

O SPM esteve na Escola Secundária e Profissional Dr. Francisco Fernandes com os docentes contratados, numa ação de luta contra a iníqua e humilhante prova que o MEC quis aplicar aos professores. Apesar da sua realização, o SPM e a FENPROF mantêm os seus compromissos para com os docentes e a Educação e continuarão a mover esforços no combate a esta humilhação de toda a classe docente.

I Conferência Nacional de Professores/as e Educadores/as Aposentados/as

A Escola Secundária de Camões (Liceu Camões) acolheu no seu auditório, no dia 21 de novembro de 2013 a 1ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados, que teve como lema «O importante papel dos/as aposentados/as e o respeito que lhes é devido». Esta conferência teve como objetivos reestruturar o sector dos aposentados no seio da FENPROF e aprovar um Caderno reivindicativo que se irá apresentar á Assembleia da República e ao Governo. A delegação do SPM, era constituída por 14 sócios, alguns dirigentes e delegados por inerência e outros eleitos em reuniões no SPM.

Todos os sócios participantes acharam esta conferência muito positiva e louvaram a sua mais que oportuna realização, atendendo aos tempos conturbados em que vivem os professores, incluindo os aposentados e que permitirá, dentro da FENPROF, uma dinâmica mais expressiva por parte deste grupo de docentes. A maioria referiu a ótima organização da conferência, pecando embora pelo seu timing que deveria

Todos os docentes aposentados têm um passado de luta pelos valores democráticos e pela escola pública que os capacita para continuarem a defender esses valores.

ter sido um pouco mais longo. Um dia foi pouco, mas há que atender á atual conjuntura que não permite grandes despesas.

As intervenções, incluindo as das colegas do SPM, foram pertinentes, inteligentes, muito críticas e reivindicativas, principalmente no que se referiu á situação dos docentes reformados, dos docentes no ativo, na defesa da Escola Pública e á política portuguesa atual. O espírito de solidariedade para com os professores no ativo, foi uma tônica dominante em toda a conferência.

Uma ideia veiculada ao longo



de todas as intervenções e com a qual todos os participantes concordaram, foi a de que todos os docentes aposentados têm um passado de luta pelos valores democráticos e pela Escola Pública que os capacita para continuar a defender esses valores, sem se deixar abater pelos ataques que lhe estão a ser infligidos.

E foi com esta força, com este espírito de luta na defesa dos direitos de todos os docentes que deixamos Lisboa, esperando dar continuidade aos ideais e propósitos desta 1ª conferência quando chegarmos á Madeira.

Quando acabou a conferência, o sol já não brilhava no céu pois já era noite, mas no olhar de cada um

de nós havia dois sóis a brilhar! No total 28 sóis que certamente distribuirão o seu calor e sua luz, em prole da justiça e do reconhecimento que todos os docentes, reformados e no ativo, merecem.

Maria da Conceição Vieira de Freitas Santos
Docente aposentada

Projeto CNOD-FENPROF 11 de novembro de 2013

A inauguração da exposição e debate, no Funchal, sobre o tema proposto pelo projeto realizado em parceria entre a FENPROF e a CNOD, decorreu na Escola Secundária Francisco Franco, uma escola de referência na integração de alunos com deficiência auditiva e visual.

Do painel do debate fizeram parte Rita Freitas, encarregada de educação de uma criança portadora de uma doença rara e que frequentou a escola pública em todo o seu percurso educativo, a coordenadora da Educação Especial da FENPROF, Ana Simões, Educadora de Infância especializada em Intervenção Precoce, Glória Gonçalves, Docente Especializada, Filipe Rebelo, Presidente da Delegação do Funchal da Associação Portuguesa de Deficientes - APD e Mário Nogueira Secretário-Geral da FENPROF. A moderar a sessão esteve a dirigente Cristina Gonçalves, Coordenadora da

Educação Especial no Sindicato dos Professores da Madeira - SPM.

Ana Simões interveio para referir a importância da intervenção precoce e o seu significado. A intervenção precoce antes centrada na criança, passou a estar centrada na família enquanto primeiro contexto social e referência chave da criança no seu desenvolvimento. Os professores de intervenção são apenas os facilitadores para que a intervenção ocorra da melhor forma.

Rita Freitas contou aquela que foi a sua experiência enquanto encarregada de educação no acompanhamento da filha na escola, que afirma não ser inclusiva, partindo desde logo da falta de sensibilidade que muitos profissionais manifestam.

Glória Gonçalves afirma que só haverá inclusão social se houver inclusão escolar. O papel da escola é preparar os alunos para a vida ativa profissional, respeitando as características de cada criança e jovem, mas atendendo



as especificidades que requerem mais acompanhamento e apoio.

Filipe Rebelo, Presidente da Delegação do Funchal da Associação Portuguesa de Deficientes, referindo a sua experiência pessoal, sustentou que a motivação da pessoa com deficiência é o ponto de partida para ultrapassar as diferenças e eventuais limitações.

Por último, Mário Nogueira, Secretário Geral da FENPROF, afirmou que não é com políticas economicistas que se resolvem os problemas inerentes á diversidade de alunos (com ou sem necessidades educativas especiais). Responder a esta diversidade passa por um maior investimento, em termos matérias e humanos, na Educação.

Ana Simões, coordenadora do setor da Educação Especial da FENPROF, reiterou, em jeito de síntese, que é de extrema importância a luta pela exigência de políticas educativas que atendam á diversidade de alunos que integram a escola.

VIGÍLIA



Vigília

No dia 12 de novembro, o SPM promoveu uma vigília de 12 horas contra o empobrecimento dos trabalhadores portugueses e o desmantelamento das funções sociais do Estado (Educação, Saúde e Segurança Social)

Ao enorme aumento da tributação sobre o trabalho, juntou-se um brutal corte da despesa, direcionada para os salários e pensões.

E veja-se que a tributação

cada vez mais pesada não tem a correspondência direta com o investimento do Estado nas funções sociais, nem tem tido resultados na diminuição das desigualdades sociais, nem tem promovido melhores serviços públicos ou garantido uma boa proteção social.

Por essa razão o sindicato promoveu a recolha de assinaturas de duas tomadas de posição, que posteriormente foram entregues ao Representante da República, com a solicitação que as

mesmas fossem encaminhadas ao Presidente da República.

Pelo estipulado na Constituição de República Portuguesa, o Estado tem a obrigação de garantir um sistema de segurança social para proteger os cidadãos na doença, na velhice, na invalidez, na viuvez e na orfandade, bem como no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

O cumprimento deste contra-

to social efetiva-se com o pagamento de uma contribuição mensal para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social por parte dos trabalhadores e entidades patronais no valor de 11% e 23,75% respetivamente. Verbas estas de que o governo é fiel depositário, obrigando-se ao pagamento dos montantes contratualizados por lei, nas situações atrás referenciadas.

A sucessiva diminuição dos valores das prestações sociais que têm vindo a ocorrer, colo-

cam em causa o papel do Estado enquanto pessoa de bem que deveria ser, na medida em que desrespeita, claramente, o contrato social estabelecido com os contribuintes.

Assim, o Sindicato dos Professores da Madeira reafirma o propósito de manter a sua luta por políticas que garantam a aplicação dos impostos pagos pelos trabalhadores nas funções sociais do estado para as quais foram, constitucionalmente, criados.

Carta reivindicativa

No dia 27 de novembro, quarta-feira, pelas 15h30, o Sindicato dos Professores da Madeira realizou um plenário e concentração, na Placa Central, em frente à SRE, seguido de entrega de carta reivindicativa sobre condições do trabalho docente ao Secretário da Educação e Recursos Humanos, que recebeu no dia 7 de janeiro uma delegação do sindicato para discutir esse documento entregue.

FALTA DE RECURSOS HUMANOS

Falta de professores para as necessidades da escola:

Em situação de ausência de docentes (por diversos motivos e por tempo alargado), o serviço destes docentes é distribuído pelos restantes, sobrecarregando-os e pondo em causa a qualidade das práticas pedagógicas, com todas as consequências que isto acarreta para professores e alunos (exaustão, diminuição da qualidade do desempenho e insucesso escolar dos alunos).

O SPM DEFENDE E REIVINDICA:

- A colocação de docentes de acordo com as necessidades particulares das instituições, no âmbito dos seus projetos educativos, salvaguardando a qualidade das práticas educativas.
- A colocação de profissionais especializados de acordo com as necessidades específicas dos alunos

HORÁRIOS DE TRABALHO ADEQUADOS

O SPM continua a defender, sustentado pelo conhecimento das condições de funcionamento das escolas, uma relação equilibrada entre o número de horas estabelecido para a componente letiva e para a componente não letiva de estabelecimento. Defende a clarificação e aplicação de normas que evitem persistência de colisão entre a participação em reuniões e a componente individual do trabalho docente ou, como acontece de forma generalizada, que obriguem à sistemática ultrapassagem da duração do horário normal semanal suportável e legalmente previsto.

O SPM DEFENDE E REIVINDICA:

- a valorização e respeito da componente de trabalho individual face à importância para a qualidade do trabalho pedagógico do docente, assumindo-se o trabalho com os alunos como a atividade essencial do professor e do educador;
- a definição e o cumprimento de normas claras que protejam e respeitem a componente não letiva de trabalho individual do docente, impedindo a sua ocupação por reuniões de qualquer natureza e em número excessivo;
- a organização racional dos horários de trabalho, evitando, sempre que possível, a dispersão do serviço diário.
- A aplicação do estipulado no Estatuto da Carreira Docente no que se refere ao horário de trabalho, ou seja as 35 horas semanais.



FALTA DE MATERIAL / RECURSOS PEDAGÓGICOS

A falta de condições e material de trabalho: telefone, material didático, papel e tinteiros, audiovisuais, entre outros, inclusive o desgaste físico, a perda de tempo útil e a utilização do próprio veículo para entrega de documentação, no caso dos docentes de Educação Especial, compromete o desempenho eficaz do serviço prestado pela escola.

O SPM DEFENDE E REIVINDICA:

- as condições materiais necessárias para o bom desempenho da profissão docente;
- o equipamento necessário para que o registo de sumários e assiduidade dos alunos seja realizado durante a componente letiva.

UMA ESCOLA PARA TODOS

O trabalho em interação no Modelo do Movimento da Escola Moderna

A emergência de alternativas pedagógicas que atendam, o mais eficazmente possível, à diversidade dos alunos que integram o sistema educativo.



Este foi o tema de mais umas jornadas pedagógicas, resultantes de uma parceria, desde 2006, entre o Sindicato dos Professores da Madeira e o Núcleo Regional do Movimento da Escola Moderna.

Os objetivos delineados (proporcionar momentos de partilha e de reflexão de práticas pedagógicas; promover práticas pedagógicas assentes nos princípios da cooperação e da participação democrática e refletir sobre a pertinência das pedagogias ativas, no qua-

dro de práticas pedagógicas que atendam à diversidade dos alunos que integram o sistema educativo) foram plenamente atingidos.

A sessão de abertura ficou a cargo da Diretora do CFSPM, Adelaide Ribeiro, que, após ter dado as boas vindas e agradecer

a presença a todos os participantes, chamou a atenção para a emergência de alternativas pedagógicas que respondam, o mais eficazmente possível, à diversidade dos alunos que integram o sistema educativo. Focando-se nos princípios do Mo-

vimento da Escola Moderna e das pedagogias ativas, a Diretora focou o seu discurso em torno do lema “uma escola para todos” e dos desafios que se colocam, hoje, às escolas e aos professores na consolidação deste desígnio.

Adelaide Ribeiro

Formação Sindical no SPM

Num mundo cada vez mais globalizado e num contexto político, económico e social alicerçado na incerteza, o sindicalismo reveste-se de uma enorme importância, não só como espaço de análise e de intervenção, mas também de investigação, em busca de novas soluções e alternativas.

Nesta assunção, os sindicatos enfrentam enormes problemas e desafios que os colocam na linha da frente no combate tanto ao crescente agravamento das desigualdades sociais, como às novas formas de exploração laboral delineadas pelas atuais políticas neoliberais.

Neste contexto, a formação sindical surge como uma necessidade premente e estrutural, de forma a contribuir para uma melhor perceção dos processos sociais, económicos, políticos e culturais, em curso. Urge, portanto, a construção de espaços de (in)formação, que proporcionem a reflexão individual e coletiva sobre práticas e estratégias sociais e profissio-

“Quanto mais floresce o alheamento, a alienação e a desmobilização, maior é o poder de quem gere e governa.”

nais e, conseqüentemente, a construção de novas abordagens, face às mudanças que se têm vindo a operar, particularmente na área educativa.

Assim, realizaram-se, no Funchal, no dia 29 e 30 de novembro, jornadas sindicais intituladas “O sindicalismo docente e os desafios do século XXI”. A análise e reflexão que se desenvolveu assentou, fundamentalmente, em três tipos de papéis que se imbricam inevitavelmente: o papel do Estado (e a ascensão do neoliberalismo, com as suas políticas devastadoras para os direitos à prote-

ção laboral dos trabalhadores), o papel das organizações sindicais e o papel dos professores.

No que concerne à reconfiguração do papel do Estado, instituída pela nova gestão pública, esta provoca comportamentos nos professores, através de lógicas de competição e individualização, que afetam a participação dos professores face às associações que os representam, o que em nada se coaduna com as práticas comunitaristas assentes na solidariedade. Deste modo, o papel dos professores não se reconfigura apenas na sua participação na

escola, mas também na sua participação junto das organizações representativas de classe – os sindicatos – desmobilizando-se das lutas que são de todos, enquanto grupo profissional. Poder-se-á, assim, concluir que as lógicas neoliberais, assentes num fascismo societal nas suas diferentes vertentes, instalam-se de forma epidemiológica, promovendo a autoexclusão, a autocensura, assim como a destruição de solidariedades.

Em suma, quanto mais floresce o alheamento, a alienação e a desmobilização, maior é o

poder de quem gere e governa. Logo, urge deste modo, uma intervenção sindical adequada, com frentes distintas: uma, pró-ativa das organizações sindicais, face às ofensivas deste projeto político global; outra, através da reinvenção de novas formas de mobilização e participação junto dos professores e educadores, de forma a interromper o circuito gerado por este processo político de individualismo possessivo que distorce e impede a construção da ação coletiva de matriz democrática.

José Augusto Cardoso, SPN



NÉLIO SOUSA

“Ultrapassar a fragilidade deste País que se chama P

A ideia de que é preciso alargar as nossas possibilidades do pensar, do criar e do fazer (produzir riqueza e valor), dominou a conferência de António Sampaio da Nóvoa, na sede do Sindicato dos Professores da Madeira, no dia 6 de julho, integrada no Congresso Empreende. Apontou caminhos para ultrapassarmos a “fragilidade endémica” do nosso País.

O reitor da Universidade de Lisboa chamou a atenção para três ideias centrais (Cultura e conhecimento; Poder criador; Revolução intelectual) sob o tema Construir Futuros Possíveis. “Apontamentos e iluminações” deixados pelo professor sobre questões “decisivas” para “pensar o Portugal de hoje”, cada um desses apontamentos a ter como mote uma passagem da carta de Manuel Laranjeira a Miguel de Unamuno, de 1911.

O orador defende que precisamos de um “maior repertório” de coisas para pensar, que nos possibilite sermos “mais criadores” e ir “além de determinadas possibilidades”. Isto porque o “poder criador não está suficientemente afirmado na sociedade portuguesa”.

CULTURA E CONHECIMENTO

Começou por citar Manuel Laranjeira, na referida carta a Miguel de Unamuno, em que dizia que o mal do País era a “inépcia”, isto é, a falta de um “compromisso cívico”. Miguel Torga mais tarde diria que somos uma “sociedade pacífica de revoltados.” No sentido em que “nos revoltamos muito mas depois não transformamos essa revolta numa ação”, num compromisso cívico, de “construir alternativas”.

O autor citado fala da importância de fazer cultura, “no sentido do conhecimento” e da cultura escolar, já que a “inteligência é o grande capital dos povos modernos e a cultura a mais fecunda das revoluções”.

Um tema “ausente” da sociedade portuguesa durante muitos séculos, como observou o orador. Um povo que esteve “fora da cul-

“Os grandes problemas do mundo contemporâneo estão na “convergência” das grandes áreas da ciência, como exemplificou: Clima, ambiente, saúde, envelhecimento, entre outras, que dizem respeito a um conjunto de áreas, que têm de “trabalhar em zonas de fronteira”, numa perspetiva de “fertilização mútua” (cross-fertilization) e de criação.”



António Nóvoa é uma das vozes mais lúcidas e inconformadas no Portugal de hoje

tura escolar”, isto é, da cultura do conhecimento. Ao ponto de, até muito tarde, se “elogiar o não saber”, a “não escola”, e ver os analfabetos como “simpáticos, simples, humildes sem as ambições da cultura e da escola. A conexão com a cultura escolar e o conhecimento só aconteceu recentemente”. Avançou o dado de que, há um século, havia 80% de analfabetos em Portugal (quatro em cada cinco eram analfabetos, enquanto na maioria dos países europeus o analfabetismo era residual ou inexistente).

No século XX, sobretudo a partir do 25 de abril de 1974, “fomos construindo uma escola para todos”, uma “escola onde todos aprendem”, palavras estas projetadas no écran do auditório. Notou, que, infelizmente, essa escola para todos não tem sido uma “escola onde todos aprendem”. Há uma “diferença substantiva” entre esses dois conceitos ou escolas.

De modo a fazer parte hoje da

cultura dos professores e das escolas, defendeu que a luta tem de passar a ser a “luta da escola onde todos aprendem”, para “não criarmos ilusões e equívocos que podem ser dramáticos em termos do futuro”.

Daí António Nóvoa eleger o “conceito renovado de aprendizagem” como o tema central ou o cerne na escola.

Não se refere a uma “aprendizagem mínima, básica, do ler, escrever e contar, ou do Português e da Matemática”. Se tivesse de dar apenas uma resposta à pergunta para que servem os professores diria: “para ensinar os alunos que não querem aprender.” Por outras palavras, ensinar aqueles que chegam à escola sem projeto escolar ou de aprendizagem, estudantes nos quais a escola tem que “inscrever esse projeto de aprendizagem e essa cultura escolar”. Nóvoa acrescentou que “não podemos deixar fora da escola e da aprendizagem um leque alargado de alunos como ainda acontece.”

Esse conceito renovado de aprendizagem é um “mundo enorme”, como colocou o reitor da Universidade de Lisboa, que implica integrar dentro do “repertório profissional” dos docentes questões como as neurociências, do funcionamento do cérebro, da cognição, do corpo, das teorias caóticas da aprendizagem, das teorias da imprevisibilidade, das redes sociais, da comunicação, do estudo, da auto-formação, entre outras áreas apontadas.

Isto de modo a “incorporar na profissão” uma série de aspetos interessantes que estão a acontecer ao nível científico. Considera a profissão docente muito dependente do passado, bem como que a “pedagogia esteve entalada entre a psicologia e a sociologia”, pelo que hoje o “mais importante para os professores não está, provavelmente, nem na psicologia nem na sociologia”.

“Nada substitui um bom professor”, enfatiza o orador, já que

aquele não pode ser substituído, exemplificando, pelas tecnologias, universidades, especialistas, formadores de currículo, tecnólogos ou diretores. “Tudo isso são ilusões”, sublinhou. O professor é “absolutamente central para a renovação do conceito de aprendizagem”, no “centro das preocupações” atuais do que é a escola.

Para a escola “recentrar-se nas questões da aprendizagem”, num sentido lato do termo, para deixar de ser essa “espécie de escola integral” que foi no passado, escola que “fazia tudo e mais alguma coisa, que abrangia “todas as missões da sociedade”, uma escola “excessiva” e “transbordante”, é preciso que haja o “reforço” do espaço público da Educação, que está para além da escola. Um espaço que tem escola mas não tem apenas escola: famílias, comunidades, associações, universidades, centros culturais e outras instituições. Cada um “cumprindo a sua quota-parte” na ideia da aprendizagem e educação das crianças.

Nóvoa propõe uma “revolução” na passagem de uma escola “integral, como todas as responsabilidades educativas” para uma escola que se vai “recentrar na aprendizagem”, que exige, simultaneamente, o “reforço” do espaço público da Educação. Num “diálogo” entre a escola pública, “cimento social do Portugal democrático”, e esse espaço público da Educação. Prevê que se vai jogar muito no celebrar de um “novo contrato social em torno da Educação”.

Um contrato social que já “não vai enviar tudo para dentro da escola” mas que vai num certo sentido dizer “à escola o que é da escola, à sociedade o que é da sociedade”. O que é da escola é a “aprendizagem” e da sociedade o “criar as condições para uma melhor educação das crianças no plano educativo, cultural, entre outros, que queiram imaginar”. Introduziu então a ideia de uma “sociedade convivial”, que, no seu entender, daria suporte às escolas e a outras iniciativas.

PODER CRIADOR

O segundo apontamento foi

e endémica Portugal”

introduzido por mais uma frase da carta de Manuel Laranjeira: “Quanto à inteligência, essa em Portugal continua a valer o mesmo – nada; e o seu poder criador, como dantes, continua a ser abafado, inutilizado, pela imbecibilidade maciça dos nossos maiores.”

Poder criador no sentido da criação cultural, científica e artística, precisou o orador. Trata-se da “capacidade de criar coisas novas”, sobretudo a possibilidade da “escola e a pedagogia serem um ato de criação de cultura” e não apenas um ato de “transmissão de cultura”, como se verificava no passado. Mais disse que é claro que a “escola transmite uma cultura” mas também “criando-a”. Não se limita a “passar uma herança”. António Nóvoa defende o processo educativo enquanto “renovação de uma herança”. Uma consciência importante a ter, caso contrário “não se percebe nada do que é a escola, nem nada do que é o processo educativo.”

Este ponto de vista foi contextualizado pelo conferencista, começando por referir a falta de cultura escolar, “marginalizada” pelo menos até aos anos 60 do século XX, “desprezada não só pelo povo mas sobretudo no interior das elites.” Em simultâneo, “nunca tivemos uma cultura científica”, uma cultura essencialmente de “criação de coisas novas”.

Nóvoa deu conta que o parlamento português, no século XIX e XX, está “repleto” de discursos “muito bem elaborados” de que a “ciência não faz falta nenhuma a Portugal”. O argumentário principal desses discursos é a especificidade do homem português. Somos “diferentes do resto do mundo”, referiu, somos mais “inventivos”, “adaptáveis, maleáveis, com plasticidade”, fomos “feitos para intermediários, não fomos feitos nem para estudar nem para criar.”

É como se estas “aptidões ou predisposições fossem algo dos povos do Norte, com clima mais agreste e que se dedicam a estudar e a fazer ciência”. A nossa vocação é estarmos “atentos ao que se faz lá fora e quando estiver fei-

to a gente importa e utiliza e adapta.”

É caricatural, mas o orador justifica a sua menção pelo facto de ter sido escrito milhares de vezes por responsáveis pelo rumo do País, inclusive por alguns dos nossos “melhores filósofos”, que “elaboraram e saturaram ad nauseam” este tipo de “construção filosófica e sociológica sobre a ideia do homem português.”

Citou então António Sérgio num prefácio ao livro “O mundo que o português criou” do sociólogo Gilberto Freire, que a única coisa que não percebeu na obra é que se o povo português é assim tão adaptável e plástico, “porque é que nunca nos adaptámos à Europa”, isto é, a uma “cultura escolar e científica?” Um continente que se desenvolveu pela “razão, pela inteligência, pela capacidade de criar”.

“Creio que, se não percebermos que temos de romper com esta maneira de pensar, a nossa identidade e a nossa cultura, dificilmente conseguiremos avançar muito para o futuro”, colocou deste modo o orador, apontando o rumo: “afirmar a ideia de criação e de ciência” como ideias centrais para os nossos tempos.

Os grandes problemas do mundo contemporâneo estão na “convergência” das grandes áreas da ciência, como exemplificou: Clima, ambiente, saúde, envelhecimento, entre outras, que dizem respeito a um conjunto de áreas, que têm de “trabalhar em zonas de fronteira”, numa perspectiva de “fertilização mútua” (cross-fertilization) e de criação. Referiu que a nossa cultura científica é ainda “muito disciplinar” e fechada no interior de fronteiras, que precisa de ser “aberta e reconceptualizada”. E, sobretudo, sublinhou António Nóvoa, com uma “atenção enorme à valorização social e económica do conhecimento”, que desenvolve no terceiro e último ponto ou tema da sua conferência.

Refere que o nosso grande problema hoje em dia, “apesar de termos já algum conhecimento construído nos últimos anos”, tanto nas escolas como nas universidades, é não estarmos a ter



O conhecimento tem de contribuir para uma humanidade mais humana

as “condições para que esse conhecimento seja valorizado do ponto de vista social e económico”, isto é, para que este conhecimento seja “colocado ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento”. Resumindo, o nosso “grande problema é a criação” e, depois, como é que esta criação “se infiltra e intromete na sociedade e contribui para a sua valorização e desenvolvimento”.

O tema central da cultura científica e da criação é “justamente perceber” como é que hoje ele é um “tema central”, ponto um; como hoje se situa em “áreas de convergência e fronteira”, que obrigam a “organizar de um outro modo as nossas instituições”, ponto dois; e, em terceiro lugar, como é que ele daqui se “projeta do ponto de vista da sociedade” e da “valorização social e económica do conhecimento.” Fez notar que não estava a falar apenas da “transferência de tecnologia”, uma das partes daquela valorização social e económica do conhecimento, mas estava a falar da “maneira de colocar a Universidade e a escola de um modo geral nesse outro papel da referida valorização económica e social do conhecimento”, entrando assim no terceiro e último tema da conferência no Funchal, na sede do SPM: “Revolução intelectual”.

Contudo, antes de avançar, deu conta que aquela vertente económica da valorização do conhecimento está ligada à transferência de tecnologia, ao desenvolvimento, ao progresso económico, à modernização industrial

e das nossas empresas, entre outros aspetos, mas também conectada com uma “componente cultural muito forte”. Na perspetiva de que o conhecimento “tem de contribuir para uma Humanidade mais humana”, termos um nível de “consciência social e consciência da Humanidade”, que muitas vezes, no seu entender, não tivemos ao nível do conhecimento.

Esta ideia levou a uma pergunta “muito difícil” de George Steiner com uma resposta igualmente “muito difícil”:

“Por que razão as humanidades, por que razão a ciência, a arte, a literatura não nos deram nenhuma proteção diante do desumano? Por que podemos tocar Schubert à noite e cumprir o dever, no dia seguinte, matando no campo de concentração? Nem as grandes obras, nem a música, nem a arte, puderam impedir a barbárie total. Como era possível tocar Debussy, escutando os gritos daqueles que passavam pelas cercas de Munique, a caminho dos campos da morte de Dachau?”

Uma pergunta “arrasadora”. No fundo, por que é que a “cultura não nos humanizou? A barbárie acontecer nos países mais cultos do mundo e sermos tão humanos na sensibilidade com que ouvíamos Schubert e tocávamos Debussy e tão desumanos na maneira como tratávamos os outros?”

E assim se coloca a questão do conhecimento no “quadro de um enraizamento social”. Daí a valo-

rização do conhecimento “não ser apenas uma temática económica ou da modernização das empresas”, mas também de “como está enraizado numa cultura e numa humanidade, tendo de contribuir para que sejamos mais humanos.”

Salientou que não se pode fazer uma “distinção” entre uma “espécie de erudição e a nossa vida do dia-a-dia.” Temos de ser capazes de “mobilizar a cultura e o conhecimento em função de uma Humanidade mais humana, de uma humanização da vida e de uma maior solidariedade.” E rematou: “é para isso que serve também o conhecimento”. Para “não se acentuar excessivamente o lado económico e menos o lado social e cultural”, já que o “conhecimento tem de estar também ao serviço dessa humanização.”

REVOLUÇÃO INTELLECTUAL

Entra mais fundo no terceiro ponto da intervenção com uma terceira citação de Manuel Laranjeira, datada de 1911: “A revolução política para ser fecunda tinha de ser acompanhada de uma revolução intelectual que não se fez, nem há indícios de fazer-se. O povo português apresenta-se ao mundo, civilizado por fora, e o que é preciso fazer, o que é urgente fazer, é civilizá-lo por dentro. Mas nisso ninguém pensa, tão convictos estão todos de que para civilizar um povo basta fazer-lhe mudar de gravata.”

Um “tema recorrente” da nossa história e da nossa cultura. A propósito, Nóvoa lembrou um texto de Fernando Pessoa, “Portugal entre passado e futuro” (?), como um dos “mais arrasadores que se escreveu sobre Portugal.” Diz que admiramos a civilização que está lá fora, admiramos Paris, admiramos Londres e isso só prova que não somos civilizados, dizia ele”, porque “ninguém admira aquilo que é [«Um parisiense não admira Paris; gosta de Paris. Como há de admirar aquilo que é parte dele? Ninguém se admira a si mesmo, salvo um paranóico com o delírio das grandezas»]. “Quando se é uma coisa, gostamos de estar nessa coisa e não admiramos essa coisa.” Pelo contrário, “admira-se aquilo que não se é e que está fora do que nós somos.” E Fernando Pessoa depois “arrasa essas modernidades muito de verniz que se foram desenvolvendo ao longo de muitos séculos em Portugal” [«O amor ao progresso e ao moderno é a outra forma do mesmo característico provinciano. Os civilizados criam o progresso, criam a moda, criam a modernidade; por isso lhes não atribuem importância de maior»].

Daí Manuel Laranjeira apon-

A liberdade e a cidadania devem ser alimentadas todos os dias



tar no sentido da necessidade de uma revolução intelectual. António Nóvoa ressaltou de novo que partilhava com os presentes, no auditório da sede do SPM, “apontamentos gerais”, a “minha versão dos factos” conhecidos. Antes aludiu à comunicação “Facas, Garfos e Colheres” do romancista António Lobo Antunes, título inspirado numa sebenta do cirurgião Cid dos Santos, no colóquio sobre educação intitulado “Espaços de educação, tempos de formação”, na Fundação Calouste Gulbenkian, em 2001, sobre as “questões da autoridade, como se constrói e como se legitima”.

O reitor da Universidade de Lisboa explanou a ideia da Universidade com “C” de Cidade, querendo dizer “comprometida com a Cidade, a Polis.” A escola, seja a básica, a secundária ou a universitária “têm de ser centros de renovação do pensamento, de antecipação do futuro e lugares do pensamento crítico.” E não tem dúvidas quanto ao facto de que “se não forem para isto, não servem para nada.”

Por outras palavras, se não for essa capacidade de “pensar para além do imediato, de antecipar o futuro e ter uma visão crítica das coisas, tornam-se instituições “totalmente dispensáveis e inúteis do ponto de vista social”.

“Só esta força do pensamento crítico”, que é a força de Manuel Laranjeira, é que nos pode levar a “ultrapassar a fragilidade deste País que se chama Portugal”. E citou então O’Neil (“Ó Portugal, se fosse só três sílabas de plástico,

que era mais barato!”) para corroborar a ideia de que somos um “País muito frágil”, que “abana por todos os lados”, em que essa sensação de fragilidade “talvez seja maior devido à crise, mas sempre fomos muito frágeis”, um País que parece uma “casca de noz, com poucas convicções, poucas instituições, que resiste mal às crises.”

Nóvoa deixou explícita a necessidade de ultrapassarmos esta “fragilidade endémica”. Para o fazer, tem a convicção de que “só há duas possibilidades: Território e Conhecimento.”

Na sua comunicação falara já muito sobre o conhecimento, a cultura escolar, a cultura científica, a cultura tecnológica, a valorização económica e social do conhecimento e da necessidade de “construirmos um País que tenha o conhecimento como ponto central da sua atividade” e que essa “não foi a nossa identidade histórica”, que se construiu “contra o conhecimento.” Com a ideia que o conhecimento “se produzia algures e que nós éramos apenas uma espécie de intermediários”, isto é, “não éramos os criadores do conhecimento e da cultura.”

Simultaneamente, defende Nóvoa uma aposta no Território, como metáfora para a terra e para o mar. O mar como “riqueza e recurso”, como território, e não como “viagem” ou “lugar da intermediação”.

Num certo sentido, referiu, se olharmos para o que escreveu Oliveira Martins, Alberto Sampaio, Antero de Quental, essa geração do final do século XIX e

princípio do século XX, em que Manuel Laranjeira ainda é “herdeiro desse movimento”, percebemos que “Portugal se organizou contra o conhecimento e contra o território.”

Significa que “nunca se investiu o nosso território”, mas sim fora dele. “Investimos no que estava para lá do nosso território, como as ex-colónias e, mais recente e simbolicamente, na Europa, crendo que iria resolver os nossos problemas, tal como o Brasil, a Ásia ou África nos resolveram alguns problemas”. Daí que o “nosso imaginário foi sempre o imaginário de fora e não de dentro.” De que “não tínhamos de nos centrar sobre o conhecimento mas nos centrar apenas na intermediação desse conhecimento.”

Por isso, o conferencista considera que a “única chave” para o futuro de Portugal (e avisa: “isto vai demorar muitas décadas”) é sermos “capazes de juntar o território e o conhecimento.” Dito de outro modo, capazes de “continuar o investimento no conhecimento”, como nas últimas décadas, e, simultaneamente, “utilizarmos este conhecimento para fertilizarmos o território”. O que significa voltar a “práticas de investimento na terra, no mar, nos recursos, de industrialização, de utilização dos recursos, da nossa capacidade industrial e de produzir riqueza e valor.”

O imaginário de que podemos viver sem isso foi, no entender de Nóvoa, “posto definitivamente a nu por estar crise”, sendo um imaginário que, “provavel-

mente, não nos leva a lado nenhum.”

Por isso, defende que este “Portugal futuro há de nascer da ligação entre estas duas dimensões”, a fertilização entre as questões do conhecimento e do território.

Assinala o “desemprego jovem” como o nosso “maior drama”, porque “desperdiçamos o conhecimento, valor incorporado em pessoas”, na fertilização do território e utilização dos nossos recursos. Ao desperdiçar a utilização desse conhecimento adquirido (“única matéria-prima”) “não há nenhuma saída para a crise”, sentencia, desperdiçando-se um recurso produzido nos últimos 40 anos.

A fertilização mútua do território e conhecimento está no “coração da resolução intelectual de que nos falava Manuel Laranjeira”, que é preciso fazer em Portugal, que “exige novos níveis de compromisso, participação e presença.”

Terminou com duas citações de António Sérgio, no exílio, no início do Estado Novo, sobre cidadania e criticando a transformação da educação cívica numa disciplina dentro das escolas, defendendo que a “cidadania e o compromisso têm de estar em todo o lado.”

Dizia então que a “liberdade e a cidadania devem ser alimentadas todos os dias, pacientemente recriadas, sempre reconquistadas, pois se não realizarmos este treino diário perdemos a forma, perdemos a pujança e não conseguiremos construir o futuro que ambicionamos.”

Dito de outra forma, a necessidade de um “compromisso de cidadania, de um compromisso cívico, de todos os dias”, de uma “democracia mais democrática”, que se vá renovando todos os dias, é “absolutamente central e decisivo.”

O orador não tem dúvidas que “não conseguiremos encontrar caminho para o futuro de Portugal se não juntarmos território e conhecimento e não tivermos um maior compromisso cívico e presença no debate da democracia e presença na sociedade.” Crê que essa é “outra das dificuldades de Portugal” porque “tivemos dificuldade em nos habituarmos à liberdade”, num ritual que se faz de quatro em quatro anos e não no “exercício diário de cidadania e liberdade.”

É com a cultura e o conhecimento, o poder criador, o espaço público da educação (“espaço diário de liberdade e de cidadania”), e a revolução intelectual (obriga a um compromisso e treino diários de todos), que se vai “fazer um País diferente” e “construir alguma ideia de futuro.”

Evento Solidário

O Sindicato dos Professores da Madeira, na sua vertente solidária e concretizando uma atividade prevista no seu plano de ação, promoveu um evento, na sua sede, no dia 29 de novembro, cujos fundos reverteram para a associação C.A.S.A (Centro de Apoio aos Sem Abrigo). A Delegação da Região Autónoma da Madeira iniciou a sua ação social, no Funchal, junto dos sem-abrigo, em agosto de 2008, fornecendo diariamente refeições quentes e embaladas na Rua do Carmo e nos arredores do Mercado dos Lavradores. Conta atualmente com cerca de 45 voluntários. Na cidade do Funchal a distribuição diária de 60 refeições é feita através de um escalonamento de equipas multidisciplinares, constituídas por um coordenador e 3 ou mais voluntários (a atuar diariamente e que perfazem 27 elementos por semana), que se deslocam aos locais onde os sem-abrigo e as pessoas carenciadas se encontram, nomeadamente às zonas da Igreja do Carmo e Mercado. Distribuem ainda com regularidade, vestuário, calçado, cobertores, sacos-cama, e artigos de higiene pessoal. Trabalham em articulação com Juntas de Freguesia para providenciar instalações para banhos e higiene aos Sem-Abrigo. Esta Associação possui ainda uma equipa de acompanhamento especializado pertencente ao quadro dos voluntários inscritos na associação, com o objetivo de apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade. O valor arrecadado foi entregue à responsável pela Delegação na Madeira e será usado principalmente na aquisição de combustível para a carrinha que faz a entrega diária das refeições, sendo esta uma necessidades mais prementes neste momento da associação. A animação da festa esteve a cargo do grupo musical Kontraband e do professor Marron, que propiciaram momentos de descontração e animação entre os presentes, sendo também eles solidários com esta causa.

Festa de natal

Mais uma vez, a Festa de Natal para os filhos dos associados, aconteceu na sede do Sindicato dos Professores da Madeira. Foi na tarde de 7 de dezembro de 2013, entre as 14h30 e as 18h00. As atividades foram variadas e de grande qualidade.



As crianças do grupo etário 6/10 foram contempladas com a peça de teatro alusiva à época - “A Verdadeira História do Capuchinho Vermelho e o Natal” da responsabilidade do grupo Sorriso Encantado, com danças a cargo do Grupo de Dança Desportiva Prestige Dance, da responsabilidade da professora

Oksana. Como divertimento acrescido houve ainda minigolfe e insufláveis. O espetáculo organizado pela Companhia B-ÁBÁ da Música Concerto para Bebés e Crianças denominado “A Magia do Som” deliciou as crianças mais pequenas, assim como os pais que as acompanharam. Para estas, houve ainda pinturas faciais e moldagem de ba-

lões pela Companhia “Saltos e Trambolhões”, assim como insufláveis para a sua idade.

Os espetáculos foram distribuídas por várias sessões de forma a assegurar o conforto e segurança de todos os que participaram. No final, antes de sair, as crianças recolheram o seu presente, na zona do ginásio, animado com a presen-

ça do Pai Natal.

A organização da Festa de Natal e as zonas de estar e convívio, como a zona do bar, e as áreas com atividades lúdicas contribuíram para o conforto e descontração tanto de adultos como de crianças, durante a tarde de sábado.

Sentimo-nos uma classe mais dignificada e mais forte.

Dia Mundial do Professor

Celebrou-se no dia 5 de outubro o Dia Mundial do professor, pelo que o Sindicato dos Professores da Madeira não poderia deixar de aproveitar o momento para promover a consciencialização sobre as questões docentes e homenagear estes profissionais.

Além da intervenção de Sofia Canha, foi lida uma saudação do Secretário Geral da Fenprof, Mario Nogueira. A cerimónia contou com uma dramatização do texto “Grande Torre”, de Augusto Curry, levada a cabo por um grupo de sócias. Antecedendo um convívio, fez-se uma homenagem aos sócios com 25 anos de sindicalização, entregando um pin em prata.

A coordenadora, na sua intervenção, referiu que o lema escolhido pela UNESCO para 2013 é de grande pertinência já que a mensagem que transmite- “Precisamos de Professores” contrasta fortemente com as opções políticas do governo português e da troika, que definiram como prioridade uma redução drástica do número de professores no sistema como forma de tornar a educação pública mais barata. Os professores e a forma



como são tratados são um indicador normativo da “saúde” duma sociedade.

O Orçamento do Estado para 2014 começa a ser discutido no Parlamento dia 23 de outubro e irá a votação final global a 26 de novembro. Já se anunciou que os cortes orçamentais far-se-ão à custa dos aposentados e trabalhadores ativos da Função Pública.

Aos ataques do governo em todas as frentes, a FENPROF e os seus sindicatos respondem com a luta e não ficarão de braços cruzados.

A Fenprof divulgou uma Carta Aberta junto de diversas organizações e entidades - representativas de pais e estudantes, trabalhadores não docentes das escolas, autar-

quias, associações, etc- em defesa da Escola Pública e procurando unir esforços para um amplo movimento em torno deste objetivo.

Neste sentido, estamos também a promover a subscrição de uma tomada de posição dos professores em defesa de uma educação pública de qualidade.

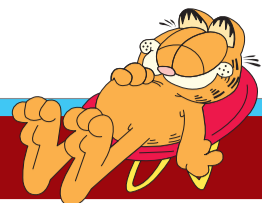
Os sindicatos da FENPROF promovem ainda a partir de hoje, segunda-feira, uma petição dirigida à Assembleia da República com vista à revogação da prova agora chamada de avaliação de conhecimentos e capacidades que o governo pretende aplicar a todos os docentes que, não estando na carreira, pretendam exercer a profissão em escolas públicas.

O apelo também é feito à subs-

crição da petição Contra o roubo nas pensões e o aumento da idade da reforma disponível na página do SPM e em papel na nossa receção.

Está agendada a Conferência Nacional de Docentes Aposentados a 21 de novembro em Lisboa, com a participação de delegados eleitos dos sindicatos que integram a FENPROF, que procurará definir linhas de intervenção junto destes docentes.

Realizar-se-ão reuniões sindicais nas escolas, onde se refletirá sobre as medidas apresentadas pelo governo no âmbito do orçamento de estado e as formas de envolvimento dos docentes na luta contra todas as medidas que acharmos penalizadoras e injustas.



Nos 100 anos de Vinícius

O bar do Sindicato dos Professores da Madeira foi pequeno para o número de pessoas que acorreram, no passado dia 23 de outubro, à evocação do 1º centenário do nascimento do poeta Vinícius de Moraes

No dia 23 de outubro realizou-se o anunciado tributo a Vinícius de Moraes, pelo 1º centenário do seu nascimento. Foi uma homenagem simples e despretensiosa a um grande poeta da língua portuguesa que celebrou como poucos o Amor, a Amizade e a Alegria de Viver:

*“É melhor ser alegre que ser triste
Alegria é a melhor coisa que existe
É assim como a luz do coração”.*

O espetáculo, que teve a apresentação de Helena Borges, começou por algumas notas biográficas sobre o homenageado. Seguiu-se a participação de Mário André e Maria da Paz que trouxeram até nós as palavras e a música de Vinícius com maestria e emoção. As juras de “amor infinito enquanto dure” a dor da separação “a eterna desventura de viver à espera de viver ao lado teu por toda a minha vida” criaram uma atmosfera de sentida comoção que suscitou vibrantes aplausos.

*Eu sei que vou sofrer
A eterna desventura de viver
À espera de viver ao lado teu
Por toda a minha vida*

Mas a vertente social da poesia de Vinícius de Moraes também esteve presente com o poema “Operário em Construção”, numa interpretação cheia de força de Paula Erra e Elvío Camacho dois atores do grupo teatral “O Feiticeiro do Norte”. Este foi o momento de recordar o cidadão interveniente que afrontou a ditadura militar e por isso foi exonerado compulsivamente da carreira diplomática.

A presença de Vinícius foi sentida ainda de forma mais próxima através da imagem e a da sua voz, com as projeções de excertos dos seus shows realizados pela Europa e América latina divulgando a MPB (Música Popular Brasileira) e o nome de um Brasil branco, preto e mulato.

Este tributo prolongou-se com a leitura de outros poemas por alguns dos presentes: “A mulher que passa”, “Soneto da Fidelidade”, “Homenagem a Candinho Portinari”, entre outros.

A sessão encerrou com o “Samba da Bênção” à semelhança do modo como Vinícius terminava as tertúlias com os amigos, pela madrugada, já quando o sol raiava no horizonte. Foi também uma homenagem aos extraordinários músicos com quem Vinícius de Moraes emparececeu: Tom Jobim, Baden Powell, João Gilberto, Chico Buarque, Carlos Lira, Toquinho.

Os presentes saíram deliciados com esta homenagem simples mas sentida.

Adília Andrade





de papo pró ar...

Atividades de Natal do Grupo Coral do Sindicato dos professores



O concerto teve a direção artística a cargo de Tina Gonçalves, com a participação de Judith Vig ao piano

Dias antes do Natal o nosso coro realizou um concerto de Natal na Reitoria da UMA. Foi apresentado um repertório rico de canções de Natal lindíssimas, pouco comuns e em vários idiomas. Além de ter sido um evento musical e um ato de solidariedade, o concerto foi um acontecimento de encontro e convívio social.

Depois, na Festa dos Reis, o Grupo Coral sempre com a orientação empenhada da Prof Tina Gonçalves e a colaboração artística da pianista Judith Vig, o Grupo Coral cumpriu a tradição do Cantar dos Reis. O destino foi o Palácio de São Lourenço tendo o programa sido enriquecido com um tema tradi-

Parte das receitas reverteram para apoio aos alunos carenciados da Universidade da Madeira

cional «Cantar de Reis».

A imponente riqueza do salão do Palácio numa profusão de luzes, de dourados, de espelhos e de ornamentações Natalícias proporcionou momentos de profunda solenidade, muito apreciados pelo Representante da República.

O Cantar dos Reis levou-nos



ainda ao Lar D. Olga de Brito com intenção de alegrar um pouco aquelas pessoas lá residentes. Surpreendeu-nos encontrar ali colegas e outras pessoas que ainda há bem pouco tempo encontrávamos na rua e agora estão presos a cadeiras de rodas totalmente dependentes sem poder falar e com olhar e expressão estranha e distante numa apatia angustiante. A Sílvia está lúcida e conversou, gostou muito de nos ver, a Graça pelo contrário, não reage, de olhar parado, embrulha a língua e não se faz entender.

Terminaram as Festas. O Grupo Coral voltou ao trabalho. Prepara novo repertório pois acontecerão outros eventos. Bom Ano

SEVERIANA

Ser velho

Os velhos são uns chatos! Queixosos, “avariados”, abandonados, uns chatos.

Regra geral, é o que todos pensam deles. E o governo também, com ideais subvertidos da cavalaria medieval, nada de proteger o mais fraco e indefeso. A morte é pouco...

Que bom seria se a velhada morresse toda de uma vez! Já se imagina o salivar dos cangalheiros.

Quanto poupava o governo de uma só vez! O processo de acabar com centros de saúde, de encarecer os remédios, de criar toda uma série de dificuldades a quem é velho está a revelar-se muito lento.. Com a sensibilidade de um calhau e a verticalidade de uma amiba, aquele bando de malfeitores, extorsionistas e delinquentes que nos governa impunemente, mesmo assim, contraditoriamente, ainda vê algum préstimo na velhada. Mesmo chatos, é bom que se conservem mais ou menos vivos, tipo “zombies”.

Porque o governo (!) ainda pensa na

utilidade dos velhos: são poupados, vão buscar netos à escola, abrigam filhos desempregados, amparam familiares aliviando o Estado de muitas obrigações. E não menos importante: ainda têm umas reformas onde, como vampiros, vão regularmente cravar os insaciáveis caninos.

Que dilema! Por um lado, morrendo todos não havia lugar a pagamento de reformas, por outro ainda ganham alguma coisa em mantê-los vivos... mas pouco.

Uns chatos os velhos.

Até quando? Para quê? João Duque disse que se vendem os anéis e que se fica sem dedos.

Outro chato!!

Enfim, vamos retardar o mais possível o desfecho trágico para os velhos lembrando-nos do que aconteceu ao cavalo do espanhol: quando já estava habituado a não comer é que morreu! Uma chatice!

Os governantes são mesmo, como diz o brasileiro, uns cafagestes.

AMÉLIA CARREIRA

Professores visitam o Museu da Imprensa da Madeira

Dia 22 de novembro, um grupo de professores, sócios do Sindicato dos Professores da Madeira, visitou o Museu da Imprensa da Madeira, em Câmara de Lobos.

Este, que podemos considerar o museu mais recente da Madeira, é um espaço que remete para arqueologia industrial com um acervo considerável de material que ilustra os diferentes setores da imprensa, nos sec XIX e XX: a fundição, a composição (manual e mecânica), a impressão e a gravura.

Foi também oportunidade para apreciar uma exposição temporária de Cartoons “Gutenberg no Cartoon Internacional”.

São algumas dezenas de desenhos de cartoonistas de vários países que expressam de forma humorística ou até



satírica a importância da imprensa, a evolução desde Gutenberg até aos nossos dias, bem como a censura de que é alvo.

MARCHA PELA EDUCAÇÃO, APELO ÀS ENTIDADES E 28 DE JANEIRO

Escola pública e justiça social



A defesa da escola pública e da profissão docente levam a FENPROF a promover um encontro nacional no dia 28 de janeiro, em Lisboa, envolvendo os subscritores de um Apelo proposto a um conjunto de personalidades, com o objetivo de defender a Escola Pública de qualidade. Num primeiro momento esse Apelo será subscrito a título individual e depois, será enviado para todas as escolas, instituições de ensino superior, associações de pais, associações de estudantes, autarquias, coletividades e as mais diversas associações e movimentos de índole social. A intenção é, se possível, envolver toda a sociedade nesta ação.

Num momento da história da democracia em que se dão passos para a desvalorização dos fundamentos de escola pública, urge uma reflexão sobre as razões e valor da própria escola democrática. O seu papel fundamental tem sido estreitar a distância entre ricos e pobres em termos de desempenho académico e de promover a mobilidade social. Um contributo para a justiça social.

Na verdade, há efeitos que decorrem da educação que vão para

Num momento da história da democracia em que se dão passos para a desvalorização dos fundamentos de escola pública, urge uma reflexão sobre as razões e valor da própria escola democrática

além dos benefícios pessoais: por um lado, os ganhos individuais transformam-se em ganhos sociais, uma vez que é melhorado o capital humano, depois transposto para o local de trabalho, família e sociedade, por outro lado, incrementa-se a coesão social nas comunidades, outra dimensão fundamental dos benefícios da educação.

As comunidades e famílias carenciadas nunca deixarão o ciclo de desigualdade sem ajuda externa para romper e ultrapassar essas circunstâncias. E esse papel é obriga-

ção do Estado, consubstanciado na Constituição. Esse ciclo normalmente começa cedo na infância. Alunos que tenham recebido educação pré-escolar e elementar de má qualidade são menos capazes de prosseguir estudos em níveis do secundário e aceder ao ensino universitário.

Ora, essa falta de oportunidade de progressão educativa ao longo do tempo, leva a que o baixo nível de escolaridade passe de geração em geração. Isto conduz a um padrão multigeracional de níveis baixos de educação, baixa empregabilidade e pobreza, aumentando-se as assimetrias e desigualdades sociais.

As classes desfavorecidas tendem a fazer o ensino obrigatório e aumenta-se o risco de abandono escolar. Há ainda efeitos secundários e nefastos na sociedade decorrentes da falta de escolarização e educação de qualidade.

Parece-me óbvio que há todo o interesse de investimento na educação principalmente por parte do Estado, pois uma sociedade menos escolarizada e educada produz efeitos nefastos a todos os níveis, incluindo o económico.

Sofia Canha



Secretário Geral da FENPROF
MÁRIO NOGUEIRA

DERROTADA A PACC, DERROTEMOS AS POLÍTICAS

O PRIMEIRO PERÍODO DO ANO LETIVO COMEÇOU E ACABOU MAL PARA NUNO CRATO E A SUA EQUIPA.

A abertura do ano foi, sem sombra de dúvida, a pior dos últimos muitos anos: alunos sem professores e professores por colocar, alunos com necessidades especiais sem os apoios necessários na escola, milhares de assistentes operacionais em falta, manuais escolares diferentes para alunos do mesmo ano e da mesma turma, só para referir alguns dos problemas mais graves. Mas, se começou mal, o primeiro período também acabou da pior forma para o MEC com a estrondosa derrota infringida pelos professores e pelos tribunais no que concerne à prova dita de avaliação de capacidades e conhecimentos dos professores (PACC).

Quanto à decisão dos tribunais, tudo apontava para que assim acontecesse, na medida em que, na ânsia de fazer valer aquela espúria e iníqua prova, o MEC recorreu a todos os expedientes no sentido de contornar a lei, esquecendo que esta não é para ser contornada, mas respeitada.

Mas é a prova em si, ilegalidades à parte, que merece [e deverá] ser contestada. Foi um processo em que Nuno Crato e os seus secretários de estado, pela forma como agiram, tornaram ainda mais evidente a natureza do poder que dirige os destinos da Educação em Portugal.

Desde logo, o “processo negocial” que teve lugar em pleno mês de agosto, recusando o MEC retirá-lo do período de férias dos professores; depois, a prova em si que constitui uma afirmação de absoluta desconfiança sobre as instituições de formação de docentes, o modelo de avaliação de professores e as direções das escolas que renovam os contratos destes profissionais; destacou-se ainda a insensibilidade e o desrespeito por docentes em situação de gravidez de risco, licença de parentalidade, doença ou com deficiência; por fim, as trapalhadas ocorridos no dia de realização da prova, com o ministro do rigor a permitir que esta se realizasse da forma mais desqualificada que se poderia imaginar, tendo as regras fixadas pelo próprio ministério sido violadas em muitos casos porque importante era que, a qualquer custo, os professores fossem submetidos àquela prova.

Todo este processo da PACC destacou ainda outros aspetos que não são menores: mais uma vez se confirmou a grande unidade que os professores sabem criar quando se trata de fazer frente a ataques desferidos contra si; este processo era, na verdade, humilhante para todos os docentes, independentemente de terem ou não vínculo ou de terem ou não de realizar a prova, o que foi compreendido pela esmagadora maioria; viu-se que só excepcionalmente há professores que tratam os seus colegas com desdém e uma reprovável superioridade; confirmou-se quem está, de facto, com os professores e quem, muitas vezes, na hora da verdade, “rói a corda” e coloca-se no lado oposto.

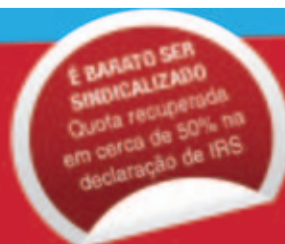
Regalias aos sócios sempre em atualização

No mês do aniversário do sócio o SPM em parceria com o Restaurante Z'arcos Grill “Churrascaria”, oferece uma refeição a la carte, sendo obrigatório fazer reserva e

apresentar o voucher acompanhado do cartão de sócio. Estrada Conde Carvalhal, n.º136-A, São Gonçalo. Tel. 291 795 599
Mais descontos em: <http://regalias.spm-ram.org>



Basta **MAIS UM PROFESSOR** para o **SPM** ter **MAIS FORÇA**



+ Regalias Sociais aos Sócios
<http://regalias.spm-ram.org>

Sindicaliza-te